

A “hidra da anarquia” à solta ou história das eleições de 1882, no Funchal, segundo os jornais da época¹

Joana Gaspar de Freitas²

Introdução

Em finais da década de 70/ princípios da década de 80 do século XIX, Portugal atravessava um período de transição entre uma velha e uma nova ordem das coisas, vivia-se então numa fase charneira³ entre a apaziguadora Regeneração e o despontar da contestação popular, encabeçada pelos homens de uma geração imbuída de utopias democráticas e socializantes. O país dirigido pela mão férrea de Fontes Pereira de Melo enchia-se aos poucos de linhas de caminho-de-ferro, postes de telégrafo, novos portos, grandes edifícios: era o advento do tão famoso “progresso” que vinha para transformar Portugal e fazê-lo ombrear com as nações senhoras dos destinos do orbe. Mas a política de desenvolvimento material dos regeneradores não satisfazia a todos. A partir de meados dos anos 70, devido à incapacidade revelada pelo governo para responder às exigências políticas e sociais das emergentes camadas burgueso-populares e à crise financeira que atingiu o nosso país, iniciou-se a derrocada do “sonho edificante” do sr. Fontes. Para dar resposta às vozes dissonantes surgiram novas propostas em alternativa ao regime político vigente, umas dentro do quadro do constitucionalismo monárquico, outras não. O movimento republicano, emergido na década de 70, soube aproveitar o vazio deixado pelos partidos dinásticos junto de determinadas camadas sociais, cada vez mais definidas e influentes na sociedade, mas sem lugar no espaço político nacional. Anunciando-se como herdeiro das tradições vintistas e decidido a fazer cumprir as reivindicações demo-liberais da Constituição de 1822, que a monarquia constitucional parecia ter esquecido⁴, o Partido Republicano Português, estruturando a sua ideologia numa miscelânea de elementos liberais, socialistas, positivistas e democráticos, conseguiu criar um projecto político suficientemente amplo

para chamar a si os descontentes com o regime vigente e proclamar-se como o único partido capaz de realizar a unidade da família portuguesa⁵. Lançando-se, a partir da década de 80, numa intensa campanha de propaganda do seu ideário através da criação de clubes, fundação de jornais, realização de conferências e *meetings* animados por oradores profundamente crentes nos seus ideais, os republicanos conquistaram pouco a pouco o estatuto de oposição que, dotada de uma considerável base social de apoio e com um programa alternativo, mostrava capacidade para substituir os poderes instituídos na chefia do país. Razão mais do que suficiente para fazer recear as forças monárquicas e suscitar da sua parte medidas várias para travar o desenvolvimento dos seus adversários.

Neste contexto político se processaram em Novembro de 1882 as eleições pelo círculo do Funchal, disputadas por monárquicos e republicanos. Isto nada tinha de invulgar, uma vez que os republicanos participavam na corrida eleitoral desde 1878 e já tinham conseguido eleger dois deputados. Contudo, o elevado número de votos alcançado pelo candidato democrático, Manuel de Arriaga, na primeira volta (5 de Novembro), e a vitória republicana, numa terra tradicionalmente conservadora, conseguida na eleição de desempate (26 de Novembro) contra a coligação das forças monárquicas, provocou uma acesa polémica entre as diversas facções realistas e fez correr muita tinta na imprensa nacional e regional de feição republicana, monárquica e católica. Pois os jornais das várias correntes ideológicas trataram de apresentar diferentes interpretações para o sucedido, consoante as suas próprias conveniências, e travaram entre si uma verdadeira batalha para convencer a opinião pública da veracidade das suas asserções. Pretendemos então com este nosso trabalho perceber que impacto teve a vitória de Manuel de Arriaga, conhecido pela sua radicalidade

na defesa dos seus ideais e intransigência face à monarquia, na conjuntura política de finais de Oitocentos: para isso, analisaremos os argumentos utilizados por ambas as partes para explicar publicamente a derrota e a vitória, procuraremos avaliar a surpresa e o temor que este acontecimento suscitou junto das autoridades e pesar qual terá sido o seu significado para o desenvolvimento do emergente movimento republicano e a falência do velho sistema do constitucionalismo monárquico.

Em 1882 a morte do deputado, Luís de Freitas Branco, eleito pelo círculo do Funchal, levou à necessidade de realizar eleições suplementares para escolher o seu sucessor na aúlica assembleia parlamentar. Apresentaram-se inicialmente como candidatos, Anselmo Braamcamp pelos progressistas, Manuel de Arriaga a convite dos republicanos e o padre Sena Freitas como representante da facção católica. A imprensa da época não manifestou grande interesse por este acto eleitoral que parecia correr nos habituais trâmites da normalidade, animado apenas pelo apoio público que o sr. Fontes decidiu oferecer ao seu adversário de lide política, Anselmo Braamcamp, mandando apear o candidato regenerador e ordenando aos seus fiéis correligionários que congregassem esforços para eleger o chefe progressista. A polémica estalou quando, poucos dias depois das eleições, se veio a verificar que o resultado ficara empatado, não alcançando nenhum dos candidatos a maioria necessária para vencer. Braamcamp conseguira o maior número de votos, mas o seu oponente republicano atingira uma votação de proporções assustadoras para as forças monárquicas. Logo os jornais progressistas, como *O Progresso* e o *Diário Popular*, se encheram de verrinas contra os regeneradores, acusando-os de terem formado uma aliança com os constituintes e os republicanos para impedir a todo o custo a eleição do seu chefe:

«enquanto os jornais regeneradores de Lisboa grosseira e caluniosamente fantasiavam generosidades do governo com o sr. Braamcamp (...). O administrador do concelho do Funchal trabalhava activamente pelo candidato republicano, apoiado pelo grupo

constituente e pelo grosso dos regeneradores»⁶.

Para os homens da Granja não havia qualquer dúvida de que a votação alcançada por Manuel de Arriaga fora obtida com o apoio do governo, que numa terrível manobra de conspiração alardeara simpatias pelo chefe progressista, mas o atraíra pelas costas, juntando-se aos seus adversários e promovendo a insólita situação de ser um republicano coadjuvado pelos «ínclitos defensores do trono constitucional»⁷. A estas acusações responderam os jornais regeneradores, primeiro reiterando o seu apoio incondicional a Anselmo Braamcamp e recordando as ordens que haviam sido remetidas para as autoridades madeirenses a fim de não hostilizarem aquela candidatura⁸, depois com alguma ironia argumentando que os homens da Granja apenas procuravam um pretexto para imputar a outrém a responsabilidade pelo seu revés:

«os regeneradores que não serviam para a vitória, agora servem às mil maravilhas para a derrota. Se vencessem fora só por efeito dos gloriosos esforços dos seus partidários; não conseguindo o triunfo, foi por culpa das hostilidades dos regeneradores! Eles, os progressistas, podiam lutar sós contra todos, dispensavam bem o apoio dos seus adversários, tinham assegurado o triunfo pelo prestígio próprio, não recebiam, repudiavam até a ideia de qualquer mercê alheia. Tudo era orgulho!»⁹.

A imprensa republicana veio também a campo defender as suas hostes:

«Vejam o que aí tem ido por causa da eleição do Funchal! Uma arruaça de mil demónios, em que cada um berra, atabalhoadamente e sem pensar (...). Nós temos rido muito e tanto que chegamos a pensar com certa consolação, que toda essa tropa fandanga, que para aí se insulta, se agatambe e se morde, pode servir para alguma coisa mais do que para nos fazer despesa. Serve também para alguma vez nos fazer rir»¹⁰.

Para os simpatizantes da ideia democrática o resultado obtido por Manuel de Arriaga assemelhava-se a uma grande vitória, pois significava o sucesso da difusão dos seus ideais e a existência de um importante grupo de adeptos numa região longínqua e tradicionalmente arreigada a valores conservadores. Os jornais republicanos procuraram sobretudo sublinhar a capacidade mobilizadora do seu movimento na Madeira, procurando convencer a opinião pública nacional de que os votos colocados nas urnas com o nome de Manuel de Arriaga tinham um cariz predominantemente republicano, sem qualquer mácula de uma associação indigna com os realistas, representando assim este sufrágio a manifestação do carácter independente e livre do povo madeirense em relação às imposições das autoridades. À imprensa monárquica, que procurava diluir o *desaire* político sofrido nestas eleições e minimizar a influência dos republicanos sobre as camadas populares insulares, respondiam os periódicos democráticos que, tendo previsivelmente os progressistas votado no seu candidato, os regeneradores dado o seu apoio a este e os católicos apostado em Sena Freitas, os votos oferecidos a Manuel de Arriaga só podiam ser de republicanos e das classes populares que se empenharam na sua eleição. Neste caso,

«Santo Deus! Pois que mais é preciso? Se o povo, plenamente desenganado, tão desenganado que repele por igual progressistas e regeneradores, protesta contra o governo de uns e outros, escolhendo para seu representante um membro ilustre do partido republicano, o que significa esse protesto senão que a opinião popular opta pelo regímen da república?»¹¹.

Parecia ser também esse o temor das autoridades que, logo após a divulgação dos resultados da eleição da Madeira, reuniram o conselho de ministros e decretaram medidas de emergência, enviando para aquela ilha a corveta de guerra *Estefânia* e o governador civil com instruções para debelar a iracunda “hidra da anarquia” que surgira no arquipélago madeirense. Para os progres-

sistas tudo isto não passava de mais uma encenação do sr. Fontes que, depois de favorecer os simpatizantes da República, se fingia agora muito assustado com a “febre republicana” que subitamente alastrava entre os espíritos do Funchal¹². Os republicanos, por seu lado, tratavam de empolar a surpresa e o susto sentidos pelos poderes instituídos, gozando com o alvoroço que ia pelo Paço e com os preparativos bélicos com se pretendia meter medo aos eleitores de Manuel de Arriaga¹³. Nem Rafael Bordalo Pinheiro resistiu a fazer uns versinhos a quem nas hostes monárquicas já fantasiava tenebrosas revoluções:

«Co’ as eleições do Funchal
Vendo um desastre tamanho,
Mostra fero sobrecenho,
E com mavorcio arreganho
Caminha em passo de cão

- Ás armas (brada feroz)
Contra os rabeios da bicha,
Que já não é lagartixa!...
A coisa já se encambicha,
Vai torta p’ra todos nós!»¹⁴

Fontes, o invicto pimpão,
Viu-se a monarquia gaga,
Sabendo que o Arriaga
Por um triz não esmaga,
um seu defensor leal

Alguns dias após a primeira volta eleitoral, Anselmo Braamcamp retirou a sua candidatura e deu intruções aos seus correligionários para que votassem no candidato monárquico-liberal que se apresentasse em sua substituição à segunda volta. Este viria a ser o Conde do Carvalhal, chefe do Partido Constituinte na Madeira, que recebeu também o apoio dos regeneradores – estava assim constituída a “santa aliança” para fazer frente ao temível espectro, «um sr. jacobino loiro e de palavras doces»¹⁵, que ameaçava perigar as instituições.

A vitória de Manuel de Arriaga

A 26 de Novembro de 1882, nas eleições de desempate, Manuel de Arriaga para júbilo dos seus apoiantes alcançou a vitória por larga maioria dos votos, isto

«apesar do aparato eleitoral nunca visto nesta terra promovido pelos poderes instituídos, apesar da corrupção por meio do dinheiro, apesar das largas dotações para obras nas igrejas das paróquias rurais, lisonjeando deste modo o proverbial fanatismo dos povos das ditas freguesias; finalmente apesar de todos os manejos e coacções, foram derrotados de uma forma como nunca ninguém foi!!»¹⁶.

Também os sentiram os monárquicos, que após terem conhecimento do sucedido se atiraram uns aos outros, acusando-se mutuamente de tal desastre: os seus jornais encheram-se de diatribes venenosas, sintoma de ódios e rivalidades mesquinhas, reflexo do grave desentendimento que grassava entre a família monárquica. Os regeneradores vieram a público, batendo no peito e gritando “mea culpa, mea culpa”, dizendo que todas as facções se deviam penitenciar, porque graças aos caprichos e despeitos dos grupos monárquicos, Manuel de Arriaga saíra vencedor numa terra onde os republicanos se contavam pelos dedos¹⁷. Logo os progressistas em grita trataram de afastar tais acusações, se havia um responsável por tão terrível acontecimento esse indivíduo era o sr. Fontes, que brincando com o fogo nele se havia escaldado, pois tendo apoiado os republicanos na primeira volta dera-lhes uma força que se tornara impossível controlar:

«na Madeira não havia partido republicano. A coligação monárquico-republicana-clerical criou-o a brincar, mas vê-se agora que o deixou constituído a sério. (...). O Partido Regenerador tem sido o criador e fomentador do movimento republicano em Portugal»¹⁸.

Também os constituintes tiveram uma palavra a dizer nesta troca de impropérios: para eles, progressistas e regeneradores haviam causado o *desaire*, os primeiros por não terem votado no Conde do Carvalhal para vingar o chefe do seu partido, os segundos por Fontes Pereira de Melo ter imposto aos seus correligionários um candidato (Anselmo Braamcamp) que não sendo desejado causa-

ra o descontentamento entre os conservadores madeirenses¹⁹. Os católicos, esses, viam nesta eleição um mal terrível para o país – o avanço das maléficas ideias maçónicas e anti-religiosas – apontando o dedo aos monárquicos por terem permitido tal sucesso e aos republicanos por terem enganado e pervertido as almas simples com falsas promessas. Assustados alertavam os seus fiéis para o perigo que esta vitória ocultava, recordando os infelizes acontecimentos da revolução francesa e lançando sinistros avisos às suas – “cândidas ovelhas”:

«os liberastas portugueses professam os mesmos princípios [de 1789], são animados do mesmo espírito. E são esses democratas que hoje querem fazer ninho em Portugal e consideram já a Madeira como baluarte das suas ideias e da sua política. E dizêmo-lo alto e bom som, para que se convença o bom povo madeirense que é impossível continuar a seguir os santos princípios da religião cristã (...) e pertencer ao mesmo tempo à facção revolucionária»²⁰.

Enquanto os monárquicos se *vituperavam* entre si num espectáculo desolante para os seus correligionários e os católicos tremelincavam perante o avanço dos inimigos irconciliáveis da religião, os republicanos festejavam a grande vitória alcançada no Funchal. Em tiradas de pura retórica demagógica os periódicos democráticos anunciavam o imponente triunfo da vontade popular, celebrando a independência patriótica do povo funchalense, que numa luta heróica contra a tirania do governo mostrara sincero ardor pelas suas crenças e a sua vontade de honrar a liberdade. Hurra pela democracia! Hurra por Manuel de Arriaga, o deputado do povo! – gritavam²¹. Segundo *O Século* um pouco por todo o país se celebrou este triunfo: os clubes encheram-se de luminárias, as redacções dos jornais foram inundadas de telegramas com felicitações²² e o ponto alto destas manifestações foi o banquete de homenagem a Manuel de Arriaga que viria a realizar-se na véspera de Natal. Por outro lado, a imprensa republicana procurou também responder às declarações dos periódicos realis-

tas, tentando mostrar à opinião pública como eram esfarrapadas as desculpas agora apresentadas para justificar a sua desastrosa derrota e minimizar o significado político da vitória popular. Num delicioso tom satírico *O António Maria* gozava com a situação:

«cubram-se de crepe as bandeiras republicanas: vistam-se de luto os partidários do governo do povo pelo povo. Desabou uma calamidade sobre os batalhadores pertinazes que há anos lutam pela vitória das ideias mais avançadas: venceu Manuel de Arriaga na Madeira! São os jornais da situação política actual e defensores estrénuos das instituições que felizmente nos regem, que apregoam o triunfo governamental na Madeira. (...). Como as cenas estão mudadas a ponto de que os jornais do governo e da monarquia sustentam que as eleições republicanas são a melhor geleia para robustecer as instituições (...). Sua Magestade bem vê a azáfama do Funchal; foi com o seu próprio consentimento que partiu para lá um governador civil à altura das circunstâncias e um navio pronto para esmagar a hidra insular. Depois disto vê regressar o dito governador civil com a cara do general Bum da Grã-Duquesa e o sabre transformado em sacarolhas, trazendo em vez de um deputado monárquico um dos mais ardentes e entusiastas defensores das ideias republicanas e ainda querem que o sr. D. Luís mande um casal de perus ao sr. Fontes! (...). Naturalmente o sr. Fontes, para doirar a pílula ao sr. D. Luís, disse-lhe pouco mais ou menos: - Dou os parabéns a Vossa Magestade, porque estamos livres do Arriaga a pregar na rua, visto que o temos engaiolado na câmara»²³.

Uma vez que os jornais da realeza diziam que não havia republicanos na Madeira, que a vitória de Manuel de Arriaga se devia tão só à divisão da família monárquica e que estava longe de significar o recrudescimento das ideias demo-liberais, a imprensa

do movimento democrático procurava demonstrar exactamente o contrário, argumentando que o PRP contava com importantes apoios naquela região, especialmente operários, proprietários e comerciantes²⁴, pois se não tivessem sido os republicanos a dar o seu voto a Manuel de Arriaga, em quem teria sido então? Os monárquicos?! E insistindo no absurdo desta situação, tentavam convencer os seus leitores de que os homens do rei desesperados e em pânico, metiam atabalhoadamente os pés pelas mãos e preferiam afirmar que haviam sido os seus correligionários a votar no “partido da canalha” a admitir que os democratas estavam solidamente implantados em terras insulares²⁵.

Nos periódicos da época, entre os exaltados argumentos esgrimidos por ambas as partes e de todo parciais, ressalta o testemunho quase isento do correspondente funchalense do *Comércio de Portugal*, que assinou os seus artigos com a inicial “S”. Este indivíduo, que partidariamente alinhava pelos progressistas, apresentou uma explicação para o fenómeno das eleições de 1882, que tem sido defendida pelos investigadores que se debruçaram sobre este tema²⁶ e que pensamos também ser a melhor interpretação do que sucedeu naquela tão disputada campanha eleitoral. Assim, como explicava “S.” a vitória de Manuel de Arriaga devia-se ao facto de o sr. Fontes ter imposto aos seus correligionários madeirenses um candidato que aqueles não queriam - Anselmo Braamcamp - porque as tricas políticas que tinham com os progressistas não lhes permitia que apoiassem o seu líder. Por outro lado, a Madeira vivia então assolada por uma grave crise económica, que atingindo sobretudo as camadas populares se repercutia por toda a sociedade, gerando uma onda de descontentamento generalizado em relação à política centralizadora do Terreiro de Paço, visto apenas como um sorvedoiro dos dinheiros madeirenses e incapaz de satisfazer as exigências deste povo, no que tocava à construção das tão necessárias levadas e à edificação de um novo porto no Funchal²⁷. Conjugando-se os dois factores, o povo reagiu contra as abusivas imposições do governo votando em Manuel de Arriaga, como forma de protesto:

«protesto pacífico, no uso do direito mais sagrado do cidadão, pela urna, sem desordens, sem gritos subversivos, protesto enfim, que esta população oprimida e vexada por impostos, esquecida e vilipendiada por todos os governos, devia e era necessário que fizesse, por meios legais e com a eloquência e importância que exigiam o direito e a justiça da sua causa»²⁸.

Desta forma, quem votou inicialmente em Manuel de Arriaga foram homens tradicionalmente monárquicos, que descontentes votaram no candidato republicano para contestar a opressão de que eram alvo por parte dos poderes centrais, manifestando assim a sua recusa em relação à odiosa «canga lisboeta»²⁹ a que os queriam sujeitar. Os jornais monárquicos tinham uma certa razão quando diziam que os republicanos madeirenses não passavam de um “punhadito” de indivíduos que se contavam pelos dedos, mas o sucesso do protesto madeirense, traduzido na grande votação alcançada por Arriaga na primeira volta, funcionou como uma catapulta para a difusão dos ideais republicanos no arquipélago da Madeira. O pânico das autoridades, a campanha propagandística empreendida pelos genuínos republicanos entre as duas eleições e o entusiasmo da população, embalada pela euforia e pelo poder das grandes moles humanas quando reivindicam os seus direitos sagrados, permitiram que a simpatia para com as forças democráticas crescesse rapidamente em apenas algumas semanas e desse a vitória final àquele a quem já chamavam o «deputado do povo»³⁰. Por outro lado, os acontecimentos decorridos nas eleições de 1882 pelo círculo do Funchal são também reveladores da fragilidade dos partidos dinásticos, não só pela divisão da família monárquica em diversas facções antagónicas, mas sobretudo porque sendo constituídos essencialmente por grupos de notáveis e suas clientelas, revelando um «certo pendor oligárquico e fechado»³¹, estes partidos mostravam-se incapazes de fidelizar ideologicamente as suas bases sociais de apoio e garantir a disciplina de voto entre os seus sectários, recorrendo habitualmente ao caciquismo e ao campadrio político para

suprir as suas debilidades no que tocava ao contacto entre o centro do poder e as periferias das suas redes regionais³². A rebelião dos regeneradores madeirenses contra o candidato imposto pelo chefe do seu partido, bem como o fracasso da arte persuasiva dos galopins e das comuns fraudes eleitorais para eleger o homem indicado pelo governo, demonstram claramente a dificuldade que estes partidos tinham em se fazer obedecer pelos seus correligionários e eleitores.

Em termos políticos, a vitória de Manuel de Arriaga representou para as forças do constitucionalismo monárquico um pesado *desaire*, sobretudo pela surpresa que causou. Os violentos ataques travados na imprensa entre regeneradores e progressistas mostram bem que estes dois grupos se imaginavam sozinhos na luta pelo poder e desvalorizaram de todo a importância dos seus adversários republicanos. Estes de facto não a tinham, mas vieram a ganhá-la perante o espectáculo indecoroso que os monárquicos apresentavam à opinião pública e que ultrajava sobremaneira os madeirenses, cansados de vexames e vis imposições por parte do poder central. A derrota na Madeira foi um rude golpe nos brios dos partidos do rei, que revelou muito da sua fragilidade e da sua incapacidade para se adaptar às novas exigências da população e de, ultrapassando o *status quo* existente, ir ao encontro das suas expectativas e reivindicações de maior participação na vida política nacional. Por seu lado, os republicanos que possuíam apenas uma fraca e insipiente implantação no arquipélago madeirense antes das eleições, viram a sua influência crescer e espalhar-se um pouco por toda a ilha e no continente. As eleições do Funchal foram talvez a primeira manifestação da capacidade do partido republicano para chamar a si os descontentes com a situação política existente e de fazer frente ao poder instituído, porque ainda que o povo não soubesse o que era a República, compreendia bem as críticas feitas pelos democratas contra os pesados impostos, contra o peso excessivo duma máquina burocrática centralizadora e contra as arbitrariedades dos senhores todo-poderosos, dificuldades com que se deparava todos os dias e que os oradores republicanos sabiam tão bem tra-

duzir em palavras palpitantes que aqueciam o coração e incitavam o espírito à acção.

Conclusão

Procurámos neste trabalho através do estudo da imprensa periódica perceber qual foi o impacto produzido pela vitória de Manuel de Arriaga, em 1882, na conjuntura política da época. Analisando os jornais das diferentes facções reparámos que cada um deles interpretou o acontecimento de forma diferente, consoante os seus próprios interesses, criando-se assim uma multiplicidade de visões apresentadas aos leitores como verdadeiras e deixando ao investigador a difícil tarefa de destrinçar o real por detrás das várias construções subjectivas sobre o sucedido. Depois de atento estudo, entendemos nós que durante a primeira volta, progressistas e regeneradores menosprezaram os outros candidatos, fazendo da eleição do Funchal mais uma das suas tricas políticas e disputas pelo poder. Com efeito, os jornais monárquicos pouco ou nada se preocuparam com Manuel de Arriaga tão ocupados estavam a lançar acusações entre si, não se apercebendo da emergência de uma nova força política que, em breve, teria capacidade para disputar com os “grandes” a liderança no complexo jogo do poder. Na Madeira apanharam os homens do rei o seu primeiro susto: porque se viram derrotados por um candidato que pensavam insignificante, mas que se afirmou ao encarnar as aspirações duma população insatisfeita pelos muitos anos de abusos cometidos pela administração central. De facto, naquela ilha existia apenas um pequeno núcleo de republicanos, mas mesmo assim Manuel de Arriaga conseguiu ganhar porque homens

tradicionalmente monárquicos mudaram o seu sentido de voto como forma de protesto contra os desmandos das autoridades. Um primeiro sinal de agitação no tranquilo mar do rotativismo político oitocentista, que viria a consubstanciar-se na poderosa onda que havia de fazer ruir a monarquia.

Consumada a derrota, os periódicos conservadores tentaram então recuperar o orgulho perdido, minimizar o estrago sofrido e encontrar os responsáveis a quem imputar todas as culpas. Longe de se unirem para fazer frente ao novo inimigo, atiraram-se uns aos outros e vieram publicamente dizer que não havia republicanos na Madeira e que haviam sido os próprios monárquicos a votar no candidato da oposição por causa da divisão entre os partidos realistas. Acto de contrição que veio apenas mostrar a sua incapacidade para compreender e explicar o sucedido e consequentemente de encontrar uma solução para o problema dentro do sistema vigente. Por seu lado, os republicanos fizeram desta vitória um grande trunfo, tratando os seus jornais de empolar o significado político da eleição de Manuel de Arriaga e transformando-a num acontecimento de grandes proporções, que assinalava a iminente derrocada do velho e caduco edifício do constitucionalismo monárquico. O sucesso desta eleição fez recrudescer a esperança dos defensores das ideias democráticas que crentes na breve alvorada de uma nova era não se pouparam a esforços para difundir o seu ideário, fundando mais jornais, criando outros centros, realizando conferências e procurando dotar o seu partido de sólidas estruturas de base e de uma coerente organização interna, para conseguirem a implantação de um regime melhor – a República.

Fontes**Periódicas**

O António Maria, Lisboa, Novembro de 1882.

Comércio de Portugal. Orgão do Comércio e da Indústria Portuguesa, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

Diário Ilustrado, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

Diário da Manhã, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

O Diário Popular, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

A Era Nova Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

O Progresso. Jornal do Partido Progressista, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

O Progresso Católico. Orgão da União Católica em Portugal, Guimarães, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

A Revolução de Setembro, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

O Século, Lisboa, Novembro de 1882 a Fevereiro de 1883.

Outras

Correspondência política de Manuel de Arriaga, (organização de Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas), Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

Bibliografia

Almeida, Pedro Tavares, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

Carvalho, Joaquim, “Formação da ideologia republicana (1820-1880), in *História do Regimen Republicano*, (dir. de Luís de Montalvor), vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1930, pp. 163-256.

Catroga, Fernando, “A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, Separata da Revista *Biblos*, Coimbra, vol. LIII, 1877.

Idem, *Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.

Idem, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

Homem, Amadeu Carvalho, *A Ideia republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

Idem, *A Propaganda republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

Idem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.

Janes, Emanuel, “Manuel de Arriaga. O primeiro deputado republicano pela Madeira”, in *Saber*, Funchal, n.º 56, Jan. de 2002, pp. 64-65.

Matos, Sérgio Campos, “A crise da Monarquia Constitucional (1890-1906)”, in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, (dir. de João Medina), vol. IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, [1995].

Medina, João, “O Zé Madeirense. A propósito dos incidentes eleitorais de 1882”, in *Islenha*, Funchal, n.º 1, Jul. – Dez. de 1987, pp. 38-44.

Nepomuceno, Rui, *As Crises de Subsistência na História da Madeira. Ensaio histórico*, Lisboa, Caminho, 1994.

Tengarrinha, José, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, s.n., 1983.

Idem, “1870-1890: Charneira entre o velho e o novo Portugal”, in *História Contemporânea de Portugal das invasões francesas aos nossos dias*, (dir. de João Medina), vol. *A Monarquia Constitucional*, tomo I, Lisboa, Multilar, 1990, pp. 177-196.

Idem, “Os primórdios dos partidos políticos em Portugal”, in *Partidos Políticos e Sociedade. Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2002, pp. 25-48.

Veríssimo, Nelson, “O Deputado do Povo. Manuel de Arriaga (1882)”, in *Islenha*, Funchal, n.º 1, Jul. – Dez. de 1987, pp. 45-52.

Idem, “O Deputado do Povo. Manuel de Arriaga (1882-1884)”, in *Islenha*, Funchal, n.º 4, Jan. – Jun. de 1989, pp. 52-58.

¹ Trabalho realizado no âmbito de uma tese de mestrado sobre Manuel de Arriaga, que está a ser elaborada pela autora.

² Bolseira da FCT.

³ José Tengarrinha, “1870-1890: Charneira entre o velho e o novo Portugal”, in *História Contemporânea de Portugal*, vol. *A Monarquia Constitucional*, tomo I, Lisboa, Multilar, 1990, p. 196.

⁴ Joaquim de Carvalho, Idem, “Formação da ideologia republicana (1820-1880), in *História do Regimen Republicano*, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1930, p. 212.

⁵ Fernando Catroga “A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, in *Separata da Revista Biblos*, Coimbra, vol. LIII, 1977, p. 297-299.

⁶ “Eleição do Funchal”, *O Diário Popular*, Lisboa, n.º 5648, 08-11-1882, p. 1.

⁷ “As eleições suplementares”, *O Progresso. Jornal do Partido Progressista*, Lisboa, n.º 1735, 07-11-1882, p.1; *O Diário Popular*, n.º 5649, 09-11-1882, p.1.

⁸ “Lisboa, 7 de Novembro”, *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n.º 12076, 07-11-1882, p.1

⁹ “Lisboa, 8 de Novembro”, idem, n.º 12077, 09-11-1882, p.1.

¹⁰ “A eleição do Funchal”, *A Era Nova*, Lisboa, n.º 4, 12-11-1882, p.1.

¹¹ “Eleição do Funchal”, *O Século*, Lisboa, n.º 571, 19-11-1882, p.1.

¹² “Funchal”, *O Progresso...*, n.º 1737, 09-11-1882, p.1.

¹³ “O terror pânico”, *O Século*, n.º 562, 09-11-1882, p.1.

¹⁴ “Que tal está o da rabeça!!!”, *O António Maria*, Lisboa, 16-11-1882, p. 466.

¹⁵ – “O telegrama do sr. Braamcamp”, *Diário Ilustrado*, Lisboa, n.º 3421, 15-11-1882, p.2.

¹⁶ “Carta de Alexandre Carlos Oliveira em 04-12-1882”, in *Correspondência política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 118.

¹⁷ “A eleição da Madeira”, *Diário Ilustrado*, n.º 3434, 28-11-1882, p.2

¹⁸ “A eleição da Madeira”, *O Progresso...*, n.º 1753, 28-11-1882, p.1.

¹⁹ “Eleição da Madeira”, *Diário da Manhã*, Lisboa, n.º 2199, 29-11-1882, p.1.

²⁰ “A eleição de um deputado republicano pelo Funchal!”, *O Progresso Católico. Órgão da União Católica em Portugal*, Guimarães, n.º 7, 30-01-1883, pp. 77-78.

²¹ “Eleição do Funchal”, *A Era Nova. Suplemento ao n.º 8*, 28-11-1882, p. 1.

²² “Manuel de Arriaga”, *O Século*, n.º 579, 29-11-1882, p.1.

²³ “A vitória das instituições”, *O António Maria*, 30-11-1882, p. 483.

²⁴ “Carta de António Constantino Nunes em 12-11-1882”, in *Ccorrespondência política...*, p. 108.

²⁵ “Sunt lagrimae rerum!”, *A Era Nova*, n.º 9, 30-11-1882, p.1.

²⁶ Vide: João Medina, “O Zé Madeirense. A propósito dos incidentes eleitorais de 1882

”, *Isleña*, Funchal, n.º 1, Jul. – Dez. 1987, pp. 38-43; Nelson Veríssimo, – “O Deputado do Povo. Manuel de Arriaga (1882)”, idem, pp. 45-52; Emanuel Janes, “Manuel de Arriaga. O primeiro deputado republicano pela Madeira”, *Revista Saber*, Funchal, n.º 56, Jan. 2002, pp. 64-65.

²⁷ Rui Nepomuceno, *As Crises de Subsistência na História da Madeira. Ensaio histórico*, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 163-165.

²⁸ “(Dos nossos correspondentes)”, *Comércio de Portugal. Órgão do Comércio e da Indústria Portuguesa*, Lisboa, n.º 1018, 18-11-1882, p. 2.

²⁹ Emanuel Janes, op. cit., p. 64.

³⁰ “(Dos nossos correspondentes)”, *Comércio de Portugal...*, n.º 1018, 18-11-1882, p. 2.

³¹ Sérgio Campos Matos, “A crise da Monarquia Constitucional (1890-1906)”, in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d. [1995], p.167.

³² José Tengarrinha, “Os primórdios dos partidos políticos em Portugal”, in *Partidos Políticos e Sociedade. Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2002, pp. 25-48; Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.